

*“CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
(SNUC) E AUMENTO DA PROTEÇÃO DA FLORA E FAUNA”*

**PROGRAMA GEF TERRESTRE
(BR-G1004)**

**INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO COM COMUNIDADES
Componente 5**

Brasília, maio de 2016

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO	1
A. INTRODUÇÃO	1
II. DESCRIÇÃO DO COMPONENTE	2
A. OBJETIVOS	2
B. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.....	2
III. DESCRIÇÃO DAS MACRO AÇÕES	2
A. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	2
B. ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES PARTICIPATIVAS DOS COMPONENTES 1 A 4.....	3
C. COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA COM AS COMUNIDADES	4
D. ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA COMPENSAÇÃO PARA CASOS DE RESTRIÇÃO DE USO E PLANOS DE AÇÃO PARA GESTÃO SOCIAL.....	6
IV. PREVISÃO DE CUSTOS	8
V. REFERÊNCIAS.....	9
ANEXO 1. MEMÓRIA DE CÁLCULO	10
ANEXO 2 – PROPOSTA DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO	14

LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
APA	Área de Proteção Ambiental
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
GEF	Global Environment Facility
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
O.P	Política Operativa do Banco
PAN	Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico
PARNA	Parque Nacional
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SIBBr	Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira
SISPLAN	Sistema de Planos de Ação Nacional
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TC	Termo de Compromisso
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Resumo da Estratégia de Atuação 6

Tabela 1: Custos por atividades do componente 5..... 8

Tabela 2. Detalhamento dos gastos..... 10

I. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

A. INTRODUÇÃO

- 1.1 O presente documento visa especificar as ações a serem realizadas no âmbito Componente 5 – Integração e Relação com a Comunidade do Projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Ampliação da Proteção à flora e fauna, preparado pelo Governo do Brasil, representado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ser financiado com recursos do GEF.
- 1.2 O objetivo geral do Projeto GEF-Terrestre é aumentar a conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas, e a restauração de áreas degradadas. Para o pleno alcance deste objetivo, o projeto será desenvolvido e implementado através de cinco componentes: (1) Criação de Unidades de Conservação; (2) Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação e manejo do fogo; (3) Restauração de áreas degradadas; (4) Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora; e, (5) Integração com comunidades locais.
- 1.3 Para garantir que os resultados esperados sejam obtidos é de suma importância que sejam estabelecidas estratégias de integração entre os componentes do Projeto e as comunidades a serem beneficiadas pelas ações previstas, garantindo, em especial, diferentes mecanismos de participação comunitária, com vistas a consolidar práticas ambientalmente sustentáveis.
- 1.4 Atualmente, no âmbito das Unidades de Conservação, são realizadas ações relacionadas a diferentes processos - criação, implementação e gestão das UCs - não sendo necessário a criação de novas estratégias de atuação, e sim mecanismos que possam potencializar as ações e atender as Políticas de Salvaguardas do BID. A partir da análise de diferentes metodologias já utilizadas e que serão incorporadas nos Componentes 1, 2, 3 e 4, percebeu-se que as ações previstas nos componentes incorporam de maneira adequada os critérios de participação comunitária e de gestão social. A realização das ações, que incluem a participação comunitária nos diferentes Componentes apoiam o empoderamento na medida em que trazem as pessoas para dentro do processo decisório.

II. DESCRIÇÃO DO COMPONENTE

A. OBJETIVOS

- 2.1. O Componente 5 tem como objetivo geral assegurar a participação e integração das comunidades que serão beneficiadas no âmbito dos diferentes Componentes do GEF-Terrestre.

B. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

- 2.2. A integração e relação com as comunidades está baseado em quatro Macro Ações principais: A) Articulação das Instituições envolvidas, utilizando os diferentes canais já existentes, como: Conselho consultivo, Comitês estaduais de Reservas da Biosfera (quando for o caso), Conselhos das UC, dentre outros. B) Articulação e monitoramento das ações participativas dos Componentes 1, 2, 3 e 4 do GEF-Terrestre; C) Criação de um portal interativo de informação do GEF-Terrestre, que garanta da comunicação participativa com as comunidades, D) Elaboração de Diretrizes para Compensação para casos de restrição de uso e Planos de Ação para Gestão Social.

III. DESCRIÇÃO DAS MACRO AÇÕES

A. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

- 3.1. A integração e articulação entre diferentes agentes de execução das ações do GEF-Terrestre precisa ser promovida e estimulada durante todo o processo. Embora, não haja uma estratégia única, é possível identificar ações essenciais para garantia da articulação institucional. Inicialmente é preciso se identificar, dentre outros:
- Pontos focais nos órgãos executores;
 - Parceiros em potencial (Entidades da Sociedade Civil, Escolas, Lideranças Comunitárias);
 - Existência de colegiados ou outra forma de institucionalidade territorial, que possam auxiliar na execução e na interlocução das ações;
 - Definição de papéis e de agenda.
- 3.2. Após o mapeamento desses atores é essencial garantir um nivelamento conceitual e metodológico da equipe responsável e dos diferentes parceiros identificados nos três biomas. Esse nivelamento poderá ocorrer por meio de disponibilização do material explicativo do GEF-Terrestre, além de documentos técnicos mais aprofundados. É importante que seja realizado pelo menos uma visita aos três biomas, preferencialmente a todos os municípios que compõem o território de atuação do GEF-Terrestre, de forma a promover o compromisso de envolvimento

- das municipalidades e para que a equipe possa manter contatos locais com pessoas-chaves, formação de parcerias e envolvimento de outros colaboradores eventuais.
- 3.3. A utilização e reconhecimento dos canais de participação e gestão compartilhada já existentes no âmbito dos processos ambientais e em âmbitos locais é de extrema importância para a articulação institucional, porém não se pode deixar de reconhecer a necessidade de mobilizar a emergência das novas arenas representadas pelos fóruns e/ou colegiados territoriais, quando necessário, como resultado dos novos arranjos institucionais experimentados pelo GEF-Terrestre.
 - 3.4. Neste sentido, por meio do componente 5 se buscará a articulação com fóruns já existentes (Conselho das UCs, Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de Meio Ambiente Municipais e Estaduais, Associações de RPPNs, entre outros) e a reativação, quando necessária de fóruns que possam ter papel central nas ações do Projeto, como os Conselhos e Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera. De acordo com o Perfil dos Municípios Brasileiros, elaborado pelo IBGE em 2014, cerca de 70% dos municípios dispunham de Conselho Municipal de Meio Ambiente.
 - 3.5. Desde a implementação do SNUC, o papel da sociedade civil tem sido crescente na criação, implementação e gestão de UC. O terceiro setor é visto como parceiro capaz de gerar arranjos sociais locais efetivos para o apoio às UCs, em áreas como: (1) mobilização de atores sociais; (2) participação nos conselhos; (3) suporte à gestão de recursos (elaboração do plano de manejo, plano de uso público e proteção); (4) gerenciamento de programas; (5) suporte técnico-científico no manejo da conservação e pesquisa científica; (6) estabelecimento de pontes entre a academia e a gestão pública; (7) articulação de redes técnico-científicas, ou até mesmo na gestão compartilhada de unidades de conservação por meio das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sendo assim, é fundamental a identificação e levantamento de entidades parceiras, além da divulgação desses parceiros com os pontos focais.

B. ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES PARTICIPATIVAS DOS COMPONENTES 1 A 4

- 3.6. A articulação e monitoramento das ações participativas dos Componentes 1, 2, 3 e 4 é pautada pelo entendimento que as comunidades já são contempladas por meio das metodologias adotadas nos diferentes componentes.
- 3.7. A metodologia participativa para integração entre as propostas ambientais de conservação da biodiversidade e a intervenções em conflitos entre os principais usuários e comunidades já estão consolidadas em processos que dispõem de arcabouço histórico suficiente para avaliar erros e acertos em relação ao envolvimento das comunidades. A participação social, em diferentes instâncias, está prevista em diversas legislações bem como já existem ações realizadas em experiências similares as que serão buscadas no âmbito dos Componentes.
- 3.8. Com vistas ao atendimento das legislações, e diante da necessidade de incorporação de novas práticas por parte da sociedade, e em especial, das comunidades localizadas no entorno de Unidades de Conservação, é de extrema importância a

realização de ações que envolvam a participação e que concilie, na medida do possível, diferentes interesses e conflitos.

- 3.9. Compreendendo que a participação não ocorre de forma espontânea, ela tem que ser promovida e estimulada durante todo o processo. Além disto, ela deve ser monitorada e seus efeitos devem ser periodicamente avaliados. São objetivos gerais do monitoramento:
- Assegurar que as ações progridam de acordo como os preceitos (diretrizes) estipulados;
 - Detectar, entraves e oportunidades à consecução da participação comunitária,
 - Conceber um banco de dados com a dupla perspectiva de (i) sistematizar as informações necessárias ao monitoramento e (ii) armazenar referências que serão utilizadas no momento de avaliação dos resultados, bem como garantir subsídios para elaboração dos relatórios de andamento do Projeto.
- 3.10. Sendo assim, a principal estratégia de atuação para a articulação e monitoramento das ações dos Componentes, se dará por meio do registro sistemático das atividades realizadas pelos Componentes, tendo como auxílio alguns indicadores de processo sugeridos abaixo, que podem e devem ser adaptados à realidade regional, ao componente e a disponibilidade de dados para sua adoção.
- 3.11. Tendo como base os indicadores propostos para medir a participação dos atores sociais, previsto no documento do MMA “A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação” (BRASIL, 2015), sugerimos a adoção dos indicadores disponíveis no **Anexo 1**.

C. COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA COM AS COMUNIDADES

- 3.12. A proposta para garantir a comunicação participativa com as comunidades é a criação de um portal do GEF-Terrestre, com tecnologia interativa para os usuários e visitantes do portal. O portal deve ter layout que adapta o conteúdo da página aos principais dispositivos (PC, tablets e celulares), melhorando o desempenho da navegação e ampliando as possibilidades de acesso, incluindo o acesso para pessoas com deficiência, uma vez que o portal garantirá acessibilidade..
- 3.13. Para atender a população que não tem acesso a internet serão utilizadas metodologias não informacionais, tais como elaboração e disponibilização de material gráfico, divulgação em escolas e outros serviços de abrangência comunitária, como CRAS, postos de saúde, ONGs e lideranças comunitárias. Além do serviço telefônico gratuito Fale Conosco, que visa disponibilizar meio de informação e recebimento de reclamos.
- 3.14. A proposta da criação do portal se assenta em duas justificativas principais. A primeira se refere ao fato que as diferentes ações do GEF, propostos nos Componentes 1 a 4 são diversas e irão ocorrer em diferentes níveis de evolução, ou seja, em cada Componente ocorrerão atividades e ações que se diferenciam em nível de complexidade, de participação das comunidades e instituições. Dessa

forma, ter um portal que reúna a diversidade de informações produzidas, no âmbito de todos os componentes garantirá à população uma compreensão geral do GEF-Terrestre como um todo, contendo ainda atualizações constantes, eventos previstos, além de um histórico de ações realizadas. Agregando as informações de todos os componentes, organizadas por Bioma, e dentro do Bioma por UC, o portal serve ainda ao objetivo de articular e monitorar as ações realizadas nos Componentes.

- 3.15. A segunda justificativa se assenta no fato de um Portal do GEF-Terrestre na rede mundial de computadores – Internet - possibilita a divulgação de informações e conhecimento para um grande número de pessoas, que se encontram dispersas geograficamente, que é o que ocorre com o GEF-Terrestre, tomando como base os três biomas alvo do Projeto. Sendo assim, considera-se atualmente que a Internet é, potencialmente, um meio de comunicação de massa, de fácil acesso. Além da interatividade, a Internet garante a pluralização das emissões, possibilitando que as comunidades possam incluir conteúdos produzidos por eles mesmos dentro do Portal.
- 3.16. De acordo com informações da última Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2014), 42% dos domicílios brasileiros contam com computador com acesso à Internet. No Brasil, aproximadamente 95,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessam a Internet frequentemente. Em 2014, 54,4% da população residente no Brasil tinha acesso à Internet. Na Região Sul, onde se localiza as ações voltadas para o bioma do pampa, o percentual de acesso é de 58,2%, Na região Centro-Oeste, onde se localiza o bioma pantanal o percentual de acesso é de 60,0% e Nordeste onde se localiza a Caatinga o percentual é de 42,1%. Quase 90% dos municípios brasileiros têm página na Internet, conforme informa o estudo Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2014), 65% dos municípios dispõe de provedores de Internet, e existem *lan houses* em 82,4% dos municípios.
- 3.17. Sendo assim, compreende-se que disponibilizar as informações do GEF-Terrestre em um Portal na internet é uma forma de garantir a democratização da informação, a integração e participação das comunidades, uma vez que um dos principais ganhos advindos dessa ferramenta é a interatividade, “que pode ser definida como a capacidade de possibilitar uma participação maior do público no processo comunicacional, abrindo-lhe um leque de escolhas maior do que qualquer outra das mídias até então estabelecida” (ESCOBAR, 2005, p.4).
- 3.18. O Portal irá conter informações técnicas de cada Componente, bem como também contará com abas específicas e links para acesso aos documentos produzidos, (como atas de audiências públicas, fotos dos encontros). Para a participação das comunidades o portal comportará abas, por Componente, em que possam ser enviados dados e mídias produzidos pela comunidade, ou seja, o usuário poderá enviar, por exemplo, um vídeo da interação da comunidade com a Unidade de Conservação, ou ainda, poderá opinar e incluir informações sobre os diagnósticos produzidos; e na aba específica para **Mecanismos de Reclamos**, poderá enviar críticas, sugestões, reclamações e denúncias.
- 3.19. Sendo assim, espera-se que o Portal possa contribuir para incorporar a visão da população sobre o contexto das ações que estão sendo realizadas e ainda, para criar condições para que os técnicos auxiliem as comunidades a participarem das ações do GEF-Terrestre. Essas condições são criadas, principalmente, a partir da

disponibilização da informação e a recepção de feedbacks das comunidades envolvidas.

- 3.20. Com vistas a atingir o público que não tem acesso à internet, serão elaborados e distribuídos materiais informativos, gráficos, com linguagem adequada para diferentes públicos e escolarização. Serão elaborados ainda materiais de cunho lúdico/infantil, afim de possibilitar o acesso a informação desse público.

D. ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA COMPENSAÇÃO PARA CASOS DE RESTRIÇÃO DE USO E PLANOS DE AÇÃO PARA GESTÃO SOCIAL

- 3.21. A elaboração de Diretrizes para compensação em casos de restrição e de Planos de Ação para Gestão Social para três áreas piloto. A elaboração destes instrumentos se justificam frente aos possíveis impactos da criação das Unidades de Conservação apoiadas pelo Projeto no modo de vida e na economia das comunidades humanas residentes na sua área de influência devido a restrições de acesso a recursos naturais. De acordo com o levantamento prévio realizado para elaboração do GEF-Terrestre foram identificados três casos de possível restrição de uso, relacionados especificamente no Componente 1, quais sejam: 1. UC Pantanal Matogrossense, localizado no Bioma do Pantanal; 2. Parque Estadual Fumaça dos Ossos – CE e 3. Parque das Serras das Águas Sertanejas – PB, ambos na Caatinga. Os levantamentos prévios identificaram a presença de 70 casos de interferência nas áreas. Essas áreas deverão ser alvo prioritário de definição quanto a situação dos casos, e serão foco do Planos de Ação para Gestão Social.
- 3.22. Os instrumentos devem prever, dentre outras, ações que visem: 1. O estímulo ao uso de tecnologias alternativas de uso sustentável dos recursos naturais; 2. Atividades alternativas de subsistência à tradicional na localidade 3. Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais 4. Estímulo à participação na gestão das Unidades de Conservação. 5. Mecanismos de compensação pela restrição ou adequação do uso, quando estes resultarem em impacto financeiro.
- 3.23. Os Planos de Ação para Gestão Social a serem elaborados devem conter: 1. Diagnóstico socioeconômico rápido das populações afetadas com identificação dos efeitos adversos, potenciais ou atuais, decorrentes das restrições ao acesso e uso de recursos naturais. Devem ser preferencialmente utilizadas as informações já disponíveis, privilegiando as ferramentas de consolidação participativa 2. Evidência de que foram realizadas consultas culturalmente apropriadas com as populações afetadas por meio de relatórios técnicos com fotos; 3. Proposta de atividades específicas, orçamento e cronograma; 4. Arranjos para implementação das ações propostas. Os Planos de Ação a serem elaborados devem ser orientados pela O.P 710 do Banco.

Quadro 1: Resumo da Estratégia de Atuação

Macro Ação	Ação	Atividades	Meta
------------	------	------------	------

Articulação Institucional	Levantamento de Pontos-Focais e Parceiros	Levantamento e Atualização dos Pontos-Focais do Projeto (Atores institucionais)	Levantamento e atualização semestral e divulgação entre os pontos-focais
		Levantamento dos Parceiros para o Projeto (sociedade civil)	Levantamento e atualização semestral e divulgação entre os pontos-focais
	Reuniões de Articulação	Reuniões de Articulação e Nivelamento Conceitual e Metodológico	04 Reuniões (1 Reunião Inicial e 1 Reunião por Bioma)
	Acompanhamento e estímulo a revitalização dos espaços de articulação e participação	Revitalização dos Conselhos de Reserva de Biosfera	Revitalização de Conselhos da Biosfera (Pantanal e Caatinga)
Articulação e Monitoramento das Ações Participativas do Projeto	Acompanhamento das ações das instâncias de participação	Acompanhamento e divulgação das ações de participação social	Envio de material para o portal (quando houver reuniões/ações participativas)
		Monitoramento dos indicadores de participação	Atualização semestral
Comunicação Participativa com as Comunidades	Criação do Portal do GEF-Terrestre	Criação e Gestão do Site	Atualização semanal
		Elaboração e encaminhamento de release a imprensa local na divulgação de atividades pontuais	Sob demanda
		Newsletters	01 encaminhamento bimestral
		Gestão de Perfis em Redes Sociais	Atualização semanal das redes sociais
		Mecanismo de Reclamos – <i>Fale Conosco</i>	Registro e Atendimento de 100% da demanda
		Registrar o número de contatos e acessos via site/blog/ouvidoria	Atualização mensal
	Elaboração de Material de Divulgação/Informação do Projeto	Elaborar vídeos Institucionais	03 vídeos elaborados (um por Bioma)
		Elaborar material gráfico	Elaborar folders, cartilhas, cartazes dentre outros identificados como eficazes à comunicação participativa)

	Divulgação do Projeto	Divulgação do Projeto nas Comunidades	Enviar material do Projeto por meio eletrônico aos parceiros, escolas e pontos focais
Elaboração de Diretrizes para Compensação e Planos De Ação para Gestão Social	Elaboração dos Instrumentos	Elaboração das diretrizes para compensação e 3 Planos de Ação para Gestão Social	Documentos elaborados antes do processo de finalização da criação das UCs alvo.

IV. PREVISÃO DE CUSTOS

Tabela 1: Custos por atividades do componente 5

Macro Ação	Atividades	Executor	Valor (R\$)
Todas	Contratação de profissional para realização da articulação e gestão de informação (Coordenador)	MMA/ FUNBIO	R\$ 1.014.000,00
Todas	Contratação de profissional para alimentação do site (nível técnico)	MMA/FUNBIO	R\$ 453.300,00
Articulação Institucional	- Reuniões/Seminários de Articulação	MMA/FUNBIO	R\$ 1.026.900,00
Monitoramento das Ações do Programa	Viagens de Acompanhamento	MMA/FUNBIO	R\$ 285.600,00
Comunicação Participativa com as Comunidades	Materiais e Estratégias de Informação e Participação	MMA/FUNBIO	R\$ 1.053.570,00
Elaboração de Diretrizes para compensação e Planos de Ação para Gestão Social	Consultoria para elaboração dos instrumentos	MMA/FUNBIO	R\$ 195.000,00
Custo Total		US\$ 1,51, 182.00	R\$ 4.031.370,00

V. Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. Reassentamento involuntário Política operacional e documento de antecedentes. **O.P. 710**. 1998. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39044585>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação. SÉRIE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Caderno 2. Brasília, 2015. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/wp-content/uploads/2015/12/caderno2.pdf>

ESCOBAR, J.L. A Internet e a Democratização da Informação. Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1363-1.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/default.shtm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>

ANEXO 1. MEMÓRIA DE CÁLCULO

Tabela 2. Detalhamento dos gastos

Elemento de Despesa	Valor Total (R\$)
Serviço de Consultoria – Pessoa Física	R\$ 1.665.300,00
Outro Serviço de Terceiros – Comunicação/PJ	R\$ 1.053.570,00
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 937.500,00
Diárias - Hospedagem	R\$ 375.000,00
TOTAL FINAL	R\$ 4.031.370,00
	\$1.151.820,00

Atividades e itens de despesa					
(i) Todas as Ações – Profissionais de Apoio					
Tipo de Consultoria - Pessoa Física	Atividade Desenvolvida	Nº horas/Homem (horas)	Valor hora/homem (R\$)	Fonte de Referência	Valor (R\$)
Consultoria Profissional Pleno (Área Social/comunicação)	Acompanhar as atividades do Componente 5	7800	R\$ 100,00	Utilizou-se como fonte para o valor dos honorários a pesquisa do IBCO 2010-2011	R\$ 780.000,00
Subtotal Honorários		7800	-		R\$ 780.000,00
30 hs por semana por 5 anos					
Encargos sociais:		30,00%			R\$ 234.000,00
Total com encargos					R\$ 1.014.000,00

Atividades e itens de despesa					
(i) Todas as Ações – Profissionais de Apoio					
Tipo de Consultoria - Pessoa Física	Atividade Desenvolvida	Nº horas/Homem (horas)	Valor hora/homem (R\$)	Fonte de Referência	Valor (R\$)

Consultoria Profissional Júnior (Área Social/comunicação)	Acompanhar as atividades do Componente 5	7800	R\$ 45,00	Valor dos honorários a pesquisa do IBCO 2010-2011	R\$ 351.000,00
Subtotal Honorários		7800	-		R\$ 351.000,00
Encargos sociais:		30,00%			R\$ 105.300,00
Total com encargos					R\$ 453.300,00

Atividades e itens de despesa				
(A) Articulação Institucional				
Viagens	Especificação	Quantidade	Valor Unitário (R\$/unid.)	Valor Total (R\$)
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Reunião inicial (204 pessoas = 3 representantes por UC)	204	R\$ 1.500,00	R\$ 306.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Reunião de Acompanhamento Componente 1 (5 representantes por UC)	145	R\$ 1.500,00	R\$ 217.500,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Reunião de Acompanhamento Componente 2 5 representantes por UC)	100	R\$ 1.500,00	R\$ 150.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Reunião Acompanhamento Componente 3 (5 representantes por UC)	40	R\$ 1.500,00	R\$ 60.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Reunião Acompanhamento Componente 4 (5 representantes por UC)	55	R\$ 1.500,00	R\$ 82.500,00
TOTAL		489	R\$ 1.500,00	R\$ 733.500,00

Diárias	Especificação	Quantidade	Valor Unitário (R\$/unid.)	Valor Total (R\$)
Diárias - Hospedagem	Viagem para as áreas das UC 3 diárias para viagem (3x489)	1467	R\$ 200,00	R\$ 293.400,00
Valor TOTAL		1467	R\$ 220,00	R\$ 293.400,00

Elemento de Despesa	Quantidade	Valor Total (R\$)
Passagens e Despesas com Locomoção	489	R\$ 733.500,00
Diárias - Hospedagem	1467	R\$ 293.400,00
TOTAL FINAL		R\$ 1.026.900,00

Atividades e itens de despesa

(B) Monitoramento das Ações Participativas do Projeto				
Viagens	Especificação	Quantidade	Valor Unitário (R\$/unid.)	Valor Total (R\$)
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Viagem para as áreas das UC (Componente 1) 2 viagens para cada UC (2x29 UC=58 viagens)	58	R\$ 1.500,00	R\$ 87.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Viagem para as áreas das UC (Componente 2) 2 viagens para cada UC ((2x20 UC=40 viagens)	40	R\$ 1.500,00	R\$ 60.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Viagem para as áreas das UC (Componente 3) 2 viagens para cada UC (2x8 UC=16 viagens)	16	R\$ 1.500,00	R\$ 24.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção (Aéreas+ Terrestre)	Viagem para as áreas das UC (Componente 4) 2 viagens para cada UC (2x11 UC=22 viagens)	22	R\$ 1.500,00	R\$ 33.000,00
TOTAL		136	R\$ 1.500,00	R\$ 204.000,00

Diárias	Especificação	Quantidade	Valor Unitário (R\$/unid.)	Valor Total (R\$)
Diárias - Hospedagem	Viagem para as áreas das UC (Componente 1) 3 diárias para viagem (3x58 = 174)	174	R\$ 200,00	R\$ 34.800,00
Diárias - Hospedagem	Viagem para as áreas das UC (Componente 2) 3 diárias para viagem(3x40 = 120)	120	R\$ 200,00	R\$ 24.000,00
Diárias - Hospedagem	Viagem para as áreas das UC (Componente 3) 3 diárias para viagem(3x16 = 48)	48	R\$ 200,00	R\$ 9.600,00
Diárias - Hospedagem	Viagem para as áreas das UC (Componente 4) 3 diárias para viagem (3x22= 66)	66	R\$ 200,00	R\$ 13.200,00
Valor TOTAL		408	R\$ 200,00	R\$ 81.600,00

Elemento de Despesa	Quantidade	Valor Total (R\$)
Passagens e Despesas com Locomoção	136	R\$ 204.000,00
Diárias - Hospedagem	680	R\$ 81.600,00
TOTAL FINAL		R\$ 285.600,00

Atividades e itens de despesa						
(C) Comunicação Participativa						
Tipo de Serviço	Atividade Desenvolvida	Especificação Unitária	Quant.	Valor Unitário	Fonte de Referência	Valor Total (R\$)
Elaboração de vídeos institucionais	Serviço de criação de audiovisual (documentário) até 5 minutos.	serviço	3	R\$ 100.000,00	Indicadores Nacionais de Preços da Cultura	R\$ 300.000,00
Serviço Canal de Comunicação – Fale Conosco (0800)	Serviço de Canal de Comunicação com a Comunidade (0800)	mensal	60	R\$ 4.000,00	Média do valor cobrado pela EMBRATEL	R\$ 240.000,00
Elaboração/impressão de material gráfico do Programa	Elaboração/Impressão de Material Gráfico do Programa	Diversos	–	R\$ 450.000,00	Indicadores Nacionais de Preços da Cultura	R\$ 450.000,00
Apoio a Divulgação não informacional (carro de som/cartazes e etc.)	Apoio a Divulgação não informacional (carro de som/cartazes e etc.)	Diversos	–	R\$ 63.570,00	Indicadores Nacionais de Preços da Cultura	R\$ 63.570,00
SUBTOTAL						R\$ 1.053.570,00

Atividades e itens de despesa					
(D) Elaboração de Diretrizes para Compensação e Planos De Ação para Gestão Social					
Tipo de Consultoria - Pessoa Física	Atividade Desenvolvida	Nº horas/Homem (horas)	Valor hora/homem (R\$)	Fonte de Referência	Valor (R\$)
Elaboração dos Planos de Gestão Social(Profissional Sênior)	Elaborar planos de Gestão para Ucs com Restrição	1000	R\$ 150,00	Valor dos honorários a pesquisa do IBCO 2010-2011	R\$ 150.000,00
Subtotal Honorários		1000	-		R\$ 150.000,00
Encargos sociais:		30,00%			R\$ 45.000,00
Total com encargos					R\$ 195.000,00

ANEXO 2 – PROPOSTA DE INDICADORES PARA MONITORAMENTO

	Indicador	Forma de monitoramento	Instrumento de coleta	Periodicidade	Responsável pela informação
1	Número de participantes em reuniões informativas (indicar o quantitativo e homens e mulheres)	Ao final das atividades devem ser contabilizadas e registradas a quantidade de participantes em cada reunião, via lista de presença. Apresentar os resultados deste indicador obedecendo à divisão de Biomass e UC.	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Mensal	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
2	Número de Lideranças Envolvidas (indicar o quantitativo e homens e mulheres)	Identificar a quantidade de lideranças, bem como o setores que representam nas ações participativas. Apresentar os resultados deste indicador obedecendo à divisão de Biomass e UC.	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Semestral	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
3	Número de eventos participativos realizados(reunião, consulta pública e etc.)	Os relatórios e descrição das atividades realizadas devem ser os meios de registro. Devem ser enviados ao Portal o resumo do evento, fotos e principais resultados.	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Mensal	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
4	Número de pessoas envolvidas em instâncias de participação formal (Conselhos de UC) (indicar o quantitativo e homens e mulheres)	Identificar a quantidade de lideranças, bem como o setores que representam nas ações participativas. Apresentar os resultados deste indicador obedecendo à divisão de Biomass e UC.	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Semestral	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
6	Nível de Participação Comunitária	Verificar o percentual de pessoas que participaram de alguma das atividades propostas pelo Projeto	Consolidação dos dados do monitoramento	Anual	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
7	Atividades de educação ambiental e/ou capacitação da comunidade	Devem ser registrados qualquer atividade de capacitação ou de educação ambiental realizados no âmbito dos Componentes. Devem ser enviados ao Portal o resumo do evento, fotos e principais resultados.	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Mensal	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
8	Quantidade de pessoas capacitadas	Identificar o quantitativo de pessoas capacitadas para atuação em ações como as previstas no Componente 2.1. (Monitoramento da Biodiversidade) e Comp.2.2. Manejo do Fogo, Comp.3 Restauração	Planilha de Monitoramento (Comp. 5)	Semestral	Parceiro responsável pela Ação/ Profissional Responsável pelo Comp.5
9	Número de acessos ao portal do GEF-Terrestre	Devem ser registrados no sistema de dados uma vez ao mês, acompanhando o total de acessos para o período.	Sistema de Informações do Portal	Mensal	Profissional Responsável pelo Comp.5
10	Percentual de demandas respondidas via ouvidoria	Devem ser registrados no sistema de dados uma vez ao mês, acompanhando o total de atendimentos realizados no período. Devem ser registradas ainda a demanda, para onde foi encaminhada e o status de resolução.	Sistema de Informações do Portal e Ouvidoria Telefônica	Mensal	Profissional Responsável pelo Comp.5

